

## **ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE GUARATUBA**

**Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis**, realizou-se reunião ordinária do Comitê de Investimentos do GUARAPREV, com a presença do gestor de recursos, Sr. Emerson Machado, e dos membros Sr. Eurides Moro, Sr. Matheus Zimmermann e Sr. Alexandre Ferreira, contando ainda com a participação do consultor de valores mobiliários, Sr. Pery de Oliveira Neto. Dando início aos trabalhos, passou-se à análise do cenário econômico referente ao mês de março de 2026, destacando-se, no âmbito internacional, a continuidade das tensões geopolíticas envolvendo Estados Unidos e Irã, ainda que com sinais de descompressão via cessar-fogo temporário e possível reabertura do estreito de Ormuz, fator que, embora contribua para alguma acomodação dos preços do petróleo, mantém o ambiente de incerteza nos mercados globais. No cenário doméstico, observou-se elevação das expectativas inflacionárias, com o IPCA de março registrando alta de 0,88% e acumulando 4,14% em 12 meses, além de um mercado de trabalho ainda resiliente, com taxa de desemprego de 5,8%, ao passo que o Banco Central iniciou o ciclo de flexibilização monetária de forma cautelosa, reduzindo a taxa SELIC em 0,25 ponto percentual, diante da persistência de riscos inflacionários e da necessidade de maior previsibilidade no ambiente econômico. Na sequência, foi apresentado o Relatório Analítico dos Investimentos referente à competência março de 2026, destacando-se que o patrimônio líquido do GUARAPREV atingiu R\$ 117.524.824,04, com carteira majoritariamente alocada em renda fixa (97,42%) e pequena exposição em renda variável e estruturados (2,58%). No mês, a carteira apresentou rentabilidade positiva de 0,79%, equivalente a R\$ 914.770,34, enquanto o retorno acumulado no exercício atingiu 3,37%, superando a meta atuarial de 3,29%, evidenciando aderência da estratégia adotada ao objetivo de equilíbrio atuarial. O segmento de renda fixa apresentou desempenho consistente, com retorno médio de 1,17% no mês, enquanto o segmento de renda variável registrou queda de -11,75%, impactado principalmente pelo desempenho do fundo TARPON GT INSTITUCIONAL FIF, que apresentou retorno negativo de -12,48% no período, contrastando com a variação do Ibovespa de -0,70%. No que se refere ao risco, destacou-se que o *VaR* consolidado da carteira permaneceu em patamar controlado de 0,51%, porém o *VaR* do segmento de renda variável atingiu 17,33%, sendo considerado elevado para os padrões de RPPS, refletindo maior exposição à volatilidade. Na oportunidade, foi debatida de forma aprofundada a permanência do fundo TARPON GT INSTITUCIONAL FIF (CNPJ nº 39.346.123/0001-14) na carteira, tendo em vista seu desempenho significativamente inferior ao benchmark no mês e o elevado risco associado, evidenciado por *VaR* de 18,56%. O consultor destacou que, conforme já exposto no parecer técnico, o fundo se enquadra no contexto do Plano de Contingência para reenquadramento da carteira, especialmente diante das restrições impostas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que, aliadas à ausência de nível de certificação no Pró-Gestão, impedem novos aportes em ativos fora do escopo do art. 7º, incisos I e III, caracterizando a posição como passível de desinvestimento programado. Em sua manifestação, sugeriu a manutenção do fundo até a próxima reunião, com monitoramento rigoroso, recomendando o resgate caso persista o desempenho negativo e o elevado nível de risco. O Sr. Matheus Zimmermann ponderou que o resgate poderia reduzir ainda mais a já limitada diversificação da carteira, considerando as restrições regulatórias vigentes, mas concordou com a estratégia de aguardar a evolução do ativo até o próximo encontro. O Sr. Eurides Moro manifestou concordância com o resgate caso não haja recuperação do fundo, enquanto o Sr.

Alexandre Ferreira ressaltou que, diante da perspectiva de obtenção do nível II do Pró-Gestão, eventual resgate poderia abrir espaço para alocação futura em ativos de renda variável mais eficientes e aderentes ao perfil do RPPS. Após discussão, deliberou-se pela manutenção do fundo em carteira até a próxima reunião, quando será reavaliada a permanência do ativo.

Na sequência, foi apresentada pelo gestor de recursos e submetida à apreciação a versão final do Parecer Técnico do Comitê de Investimentos referente ao mês de março de 2026, previamente disponibilizada aos membros. Destacou-se, especialmente, o item referente ao Plano de Contingência para reenquadramento da carteira, o qual estabelece diretrizes claras para adequação às exigências da Resolução CMN nº 5.272/2025, contemplando resgates programados, vedação de novos aportes em ativos desenquadrados, realocação em títulos públicos enquadrados no art. 7º, inciso I, e acompanhamento contínuo dos ativos ilíquidos ou em processo de liquidação, com foco na preservação do patrimônio e mitigação de riscos. Após análise e discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade pelos membros do Comitê. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada em texto contínuo e, após lida e aprovada, devidamente assinada pelos membros presentes.

#### Assinaturas:

<b>Comitê De Investimentos</b>	<b>CPF</b>	<b>Assinaturas</b>
Emerson Cesar Machado (Gestor De Recursos)	XX.XX.XX-XX	
Eurides Moro	XX.XX.XX-XX	
MATHEUS ZIMMERMANN FREITAS	XX.XX.XX-XX	
ALEXANDRE FERREIRA	XX.XX.XX-XX	
<b>Pery de Oliveira (CONSULTOR)</b>	XX.XX.XX-XX	